

**MEMÓRIA DE REUNIÃO DA
COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE**

DATA: 20/04/04– HORÁRIO: 13:30 HRS. – LOCAL: Sala de Reuniões /SETP

Participantes

SETP	COGEMAS
Denise Arruda Colin	Chrystiane B. Pianaro Chemin
Zélia de Oliveira Passos	Soeli Maria Menegusso
	Zilda M. C. R. Marques
	Carmen Lúcia S. Cunha
	Roeli Antunes de Souza

Representantes da Secretaria Técnica

Letícia Codagnone Raymundo

Márcia Mazzarotto

Convidados

Pe. Roque Zimmemann

Lenir Mainardes da Silva

Margarete Ap. Netrel

Jucimeri Isolda Silveira

A reunião teve início com a leitura e aprovação da memória da reunião da Comissão, ocorrida em 18/02/04.

Na ocasião, foram apresentadas duas novas integrantes da equipe do NUCLEAS/ SETP, Sra. Jucimeri Isolda Silveira, que está atuando com Assessora Técnica junto ao Núcleo e a Sra. Lenir Mainardes da Silva, que está a frente da Coordenadoria de Apoio à Gestão Municipal – CGM.

Assuntos da Pauta:

RESPOSTA AO DOCUMENTO DO COGEMAS

O Secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Pe. Roque Zimmermann entrega à Sra. Chrystiane Chemin, vice-presidente do COGEMAS, o documento no qual a SETP responde e esclarece os questionamentos e o elenco de considerações feito pelos gestores municipais de Assistência Social relativamente à Política Estadual de Assistência Social, que resultou no encaminhamento de documento à SETP, entregue na reunião da CIB, ocorrida em 18/02/04.

O Sr. Secretário explicou que o documento foi amplamente analisado e discutido pela equipe técnica da SETP, e colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Neste sentido, a vice-presidente considerou a necessidade do Colegiado tomar ciência do teor do documento, para posteriormente pronunciar-se.

Sendo assim, o Sr. Secretário aproveitou a oportunidade para informar que a SETP está concluindo um grande projeto na área do adolescente infrator, o qual contempla 3 fases:

- 1) Atendimento às famílias, com trabalho preventivo;
- 2) Construção de Centros Descentralizados, os quais terão celas individualizadas que serão utilizadas só para dormir, porque terão nas suas programações 4 cursos terminativos, para que os adolescentes atendidos saiam aptos para o mercado de trabalho. Para realização desses cursos, serão firmadas parcerias com a COPEL, para realização de cursos na área da eletricidade; SANEPAR, para cursos na área de hidráulica; além da realização de cursos de panificação e lavanderia industrial. Todos os adolescentes terão cursos de informática e haverá estímulo para a prática esportiva e para atividades culturais, como teatro e música.
- 3) Intensificação do trabalho nas ações de Liberdade Assistida, com acompanhamento efetivo dos adolescentes egressos das unidades de atendimento. Será feita capacitação para todos os trabalhadores da área, para adequá-los à nova proposta, cujo objetivo principal é o bem estar e a promoção social dos atendidos.

Solicitou também apoio dos gestores municipais na implementação do Programa Leite das Crianças, porque considera que a população precisa e quer o programa que, atualmente, distribuí 102 mil litros de leite por dia. Informou que estão sendo implantados, em Curitiba, através do Escritório Regional, 8 Comitês Gestores, respeitando a divisão político-administrativa do município.

A Sra. Márcia Mazzarotto, em nome do COGEMAS, questionou os comitês municipais, argumentando que os gestores municipais estão sendo excluídos. Disse também que nos municípios onde não há uma boa condução, o programa está sendo utilizado politicamente. O Sr. Secretário esclareceu que as prefeituras são sempre convidadas a participar, mas em alguns casos, não comparecem às reuniões. Lembrou mais uma vez que a composição dos comitês prevê a participação de 1/3 do poder público. A Sra. Zélia Passos, que é a Coordenadora de Programas de Enfrentamento à Pobreza/ SETP, destacou a situação do município de Curitiba, em relação ao Programa Leite das Crianças. Explicou que tem encaminhado ofícios à prefeitura solicitando a participação de representantes do gestor municipal no processo de implementação do programa, mas que não tem recebido resposta. Destacou que acredita na competência da equipe técnica do município, e que seria importante estabelecer a parceria. Caso ela não aconteça, o programa será implantado sem a interface com a prefeitura, porque o objetivo é atender a população. A Sra. Márcia explicou que não gostaria de destacar apenas situação de Curitiba, porque os problemas com o programa estão sendo apontados pelos gestores da assistência social de diversos municípios, especialmente quanto a forma de encaminhamento, que fere a autonomia do município, e a não participação dos Conselhos de Assistência Social. A Sra. Zélia ressaltou que o programa é transversal, e abrange, dentre outras, as políticas da saúde, segurança alimentar, agricultura e educação; por isso, os conselhos das diversas áreas são convidados a participar. Além disso, explicou que até o fim do ano, estão sendo implantadas 100 Panifícios Comunitários, que fazem parte do Programa Economia Solidária. Atualmente são 26 unidades, localizadas em Curitiba e região metropolitana. A Sra. Denise Colin informou que os panifícios são projetos de auto-gestão comunitária, aprovados pelo governador no final de março, e os que estão sendo implantados são considerados projetos piloto, que após passarem por processo de monitoramento e avaliação e terem sua eficácia comprovada, viabilizarão a ampliação de recursos, os quais são a contrapartida do estado para os recursos do FAT – Plano Integrado de Economia Solidária. A Sra. Soeli Menegusso questionou sobre os critérios para definição dos municípios beneficiados. A Sra. Zélia explicou que na próxima semana, estarão disponíveis, na página da SETP, todas as informações referentes ao projeto.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A coordenadora da CIB, Sra. Denise Colin, apresentou o Relatório de Gestão/ 2003 para apreciação da CIB. Explicou que o documento contempla, na primeira parte, as realizações do órgão gestor estadual e a análise qualitativa das ações desenvolvidas. Na segunda parte, está a consolidação dos Relatórios de Gestão dos 391 municípios que encaminharam seus respectivos documentos, sendo que desses, 25 municípios não concluíram o documento e encaminharam apenas parte dos dados.

As planilhas contendo as sínteses físico-financeiras, com o demonstrativo das ações de assistência social desenvolvidas pelos municípios, acompanhadas das resoluções de aprovação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, serão encaminhadas ao MDS, em documento anexo.

Foi questionado quanto a situação dos municípios que não encaminharam o Relatório de Gestão e quanto aqueles que não concluíram o documento. A plenária, considerando que o prazo estabelecido foi bastante amplo e o roteiro não apresentou importantes alterações em relação aos anos anteriores, definiu como encaminhamento que a elaboração dos instrumentos de gestão e o efetivo funcionamento do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social deverão ser incluídos como indicadores que compõem os Critérios de Partilha. A proposta tem como objetivo valorizar os municípios que cumprem os requisitos legais para operacionalização da gestão, garantindo-lhe um maior percentual de recursos.

Foi esclarecido que o Relatório de Gestão será submetido ao CEAS, na reunião que ocorrerá nos dias 22 e 23 de abril, portanto, definiu-se que os membros dessa Comissão analisarão o documento e, caso hajam questionamentos e/ou sugestões de aprimoramento, estas poderão ser enviadas até as 12 horas do dia 22/04/04, a fim de submetê-las ao CEAS. Caso contrário, o Relatório de Gestão 2003 será considerado aprovado.

Foi ressaltado pela SETP que, apesar do roteiro ter sido mantido nos mesmos moldes dos anos anteriores, e em 2002 ter havido capacitação intensa e revisão de toda parte do monitoramento e avaliação da rede prestadora de serviço, ainda foi verificado que muitos dados inseridos no sistema, relativos ao monitoramento e avaliação, não estão corretos. Estes casos serão revistos pelos Escritórios Regionais, que orientarão os municípios para a correção.

RESULTADO DO LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DE HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A Sra. Denise Colin apresentou o documento enviado à CIT, o qual encaminha o resultado do levantamento para atualização do quadro real de habilitação dos municípios, atendendo à Resolução n.º 03 da CIT, DE 23/10/03.

De acordo com o levantamento realizado, 229 municípios comprovaram o atendimento ao disposto no art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS e o atendimento às demais exigências para habilitação ao modelo de gestão, já definidas formalmente em Resoluções da CIT e das CIB, o que representa 57,4%.

Os 170 municípios que demonstraram estar com falhas no atendimento no tocante às disposições legais, representam 42,6%. Através do levantamento efetuado, foi possível identificar algumas situações que se repetiram em diversos municípios, portanto, a SETP está intensificando o processo de orientação e assessoramento técnico a fim de minimizar as pendências verificadas, até que a CIT defina os encaminhamentos relativos à renovação da habilitação.

PROJETOS TÉCNICOS DOS MUNICÍPIOS QUE ALTERARAM AS MODALIDADES DE ATENDIMENTO/ SAC

A secretaria técnica apresentou a relação dos municípios que alteraram as modalidades de atendimento dos SAC em 2004 e explicou que os projetos foram analisados pela equipe técnica da CGM/SETP, tendo como base as Portarias n.º 2854 e 2874/2000 e o Manual de Orientação para Implantação das Novas Modalidades, elaborado em 2002. Foi recomendada a revisão dos projetos apresentados pelos municípios de Ipiranga, Cambé, General Carneiro, Iracema do Oeste e Ortigueira. Estão aptos para aprovação os projetos dos seguintes municípios:

- Na modalidade “Ações Sócioeducativas de Apoio à Família”: Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Campo Bonito, Campo Largo, Campo Magro, Catanduvas, Céu Azul, Coronel Vivida, Corumbataí do Sul, Guamiranga, Maripá, Medianeira, Nova Laranjeiras, Pitanga, Porto Amazonas, Quedas do Iguaçu, Rio Branco do Sul, Salto do Itararé, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Sapopema, Sulina, Três Barras do Paraná, Ventania e Vera Cruz do Oeste;
- Na modalidade “Reabilitação Baseada na Comunidade”: Paranavaí e Umuarama.

A plenária acatou o parecer da CGM/SETP e será publicada resolução de aprovação. O município de Mato Rico não havia apresentado seu projeto.

REVAS/ BPC

Devido ao do COGEMAS ser parceiro na revisão do BPC e estar participando ativamente do processo, foi feito um breve informe sobre o programa informatizado, implantado pelo MDS, em parceria com a DATAPREV, para inclusão dos dados referentes a revisão do BPC. Também foi informado sobre o cronograma das capacitações que estão acontecendo em todo o Estado.

REUNIÕES MACRORREGIONAIS

A Coordenadora da CGM, Sra. Lenir Mainardes da Silva, informou que a equipe do NUCLEAS/ SETP está realizando encontros macrorregionais, sediados em Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, Londrina e Maringá, reunindo os gestores e técnicos dos municípios das regiões próximas, com objetivo de discutir questões referentes a operacionalização da Política de Assistência Social. Explicou que, durante dois dias, estão sendo aprofundadas informações sobre o CADÚNICO, Novas Modalidades dos SAC, indicadores sócioeconômicos regionais e municipais e a situação de habilitação dos municípios, além de outras questões levantadas pelos participantes. Está prevista a

realização de outros encontros macrorregionais ainda este ano, a ocorrer trimestralmente, além de evento estadual com representantes do MDS.

PETI

- **Projetos técnicos dos municípios que operacionalizam o programa**
- **Projeto de monitoramento e avaliação**

A CGM, coordenadoria responsável pelo PETI, informou que a Gerência Nacional do PETI, a fim de promover o reordenamento do programa, solicitou que os municípios que operacionalizam o PETI elaborassem projetos técnicos contendo diagnóstico, metas, demanda reprimida, ações desenvolvidas, planilhas de custo e propostas de monitoramento e avaliação. O MDS exigiu que os projetos fossem validados pelos CMAS, Comissões Municipais do PETI, CIB e CEAS.

A SETP realizou a análise dos projetos enviados. As falhas existentes em alguns foram pontuadas, e retornarão aos municípios para adequação. Como alguns municípios não encaminharam toda a documentação, a plenária definiu que a aprovação dos projetos ficaria condicionada a apresentação dos documentos que, segundo informações da Coordenadoria, os municípios se comprometeram a enviar em tempo hábil.

O MDS também solicitou ao gestor estadual a elaboração de projeto de Monitoramento, Avaliação e Capacitação do PETI. Sendo assim, a SETP apresentou o documento para a CIB, para análise e aprovação. Para que os integrantes da comissão tenham mais tempo para analisá-lo, foi definido o prazo até 28/04/04 para encaminhamento das sugestões de aprimoramento.

COMISSÃO TÉCNICA SOBRE REGIMENTO INTERNO

Apresentado o documento elaborado pela Comissão Técnica instituída com o objetivo de propor um novo modelo de regimento interno, uma vez que o modelo atual tem algumas falhas que precisam ser corrigidas. Na próxima reunião, após criteriosa análise de todos, o regimento será submetido a aprovação da plenária.

ASSUNTOS GERAIS

A Sra. Soeli Menegusso solicitou que a CIB enviasse questionamento ao Governo Federal quanto aos critérios definidos para distribuição das 19.000 novas metas do Programa Bolsa Família.